



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 21, n. 6, art. 3, p. 46-62, jun. 2024

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2024.21.6.3>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Pode o Sujeito Subalterno Falar nas Pesquisas em Administração?

Can the Subaltern Speak in Administration Research?

Thiago Cunha de Oliveria

Doutorado em Administração pela Universidade do Grande Rio
Mestre em Ciências Contábeis pelo (PPGCC/UFRJ)
E-mail: thiaguhc@gmail.com

Stella Mendonça Caetano

Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Rios
Mestra em Cultura e Territorialidades pela Universidade Federal Fluminense
E-mail: stella.mcaetano@gmail.com

Fábio Moita Louredo

Doutorado em Administração pela Universidade do Grande Rio
Mestre em Administração pela Universidade Federal Fluminense
E-mail: f_louredo@yahoo.com.br

Ronan Reis Marçal

Doutor em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina
Professor Adjunto A da Universidade Federal do Rio de Janeiro
E-mail: m.ronanreis@gmail.com

Endereço: Thiago Cunha de Oliveria

Rua Professor José de Souza Herdy, 1160 - Jardim Vinte e Cinco de Agosto, Duque de Caxias - RJ, 25071-202. Brasil.

Endereço: Stella Mendonça Caetano

Avenida Unisinos, 950 - Cristo Rei, São Leopoldo - RS, 93022-750. Brasil.

Endereço: Fábio Moita Louredo

Rua Professor José de Souza Herdy, 1160 - Jardim Vinte e Cinco de Agosto, Duque de Caxias - RJ, 25071-202. Brasil.

Endereço: Ronan Reis Marçal

Avenida Pasteur, 250 - Urca, Rio de Janeiro - RJ, 21941-901. Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 15/01/2024. Última versão recebida em 05/02/2024. Aprovado em 06/02/2024.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Os estudos subalternos, em especial os desenvolvidos por pensadores sul asiáticos, aludem às consequências do imperialismo sobre os povos colonizados, propondo uma reescrita da história. Neste ensaio teórico, no qual adota-se a ótica pós-colonial, busca-se, como objetivo específico, compreender se há, e como se configura, a violência epistêmica nas relações entre os pesquisadores da seara organizacional no Brasil e os sujeitos de pesquisa subalternos; e como objetivo geral a proposição de pistas epistêmicas, a fim de mitigar a possível violência epistêmica sofrida por tais indivíduos nas pesquisas realizadas na área. Para tanto, recorre-se aos pensamentos de intelectuais relacionados à ótica pós-colonial: Gayatri Chakravorty Spivak, Mary Louise Pratt e Boaventura de Sousa Santos. Aponta-se que há uma estrutura que promove o silenciamento dos sujeitos subalternos no âmbito da pesquisa em Administração. A partir daí, foram propostas três pistas a fim de mitigar tal contexto.

Palavras-chave: Subalternidade. Violência Epistêmica. Administração.

ABSTRACT

The subaltern studies, especially those developed by South Asian thinkers, allude to the consequences of imperialism on colonized peoples, proposing a rewriting of history. In this theoretical essay, adopting a post-colonial perspective, the specific objective is to understand whether there is, and how it is configured, epistemic violence in the relations between organizational researchers in Brazil and subaltern research subjects. The general aim is to propose epistemic pathways to mitigate possible epistemic violence experienced by these individuals in research conducted in the field. To achieve this, the thoughts of intellectuals associated with the post-colonial perspective are drawn upon, including Gayatri Chakravorty Spivak, Mary Louise Pratt, and Boaventura de Sousa Santos. It is pointed out that there is a structure that promotes the silencing of subaltern subjects in the field of Administration research, and thus, three pathways are proposed to mitigate this context.

Keywords: Subalternity. Epistemic Violence. Administration.

1 INTRODUÇÃO

O termo subalterno começou a ser amplamente difundido a partir das proposições do filósofo italiano Antônio Gramsci e ganha uma nova roupagem em seu texto *Nos Confins da História*, no qual subalterno é qualquer pessoa ou grupo considerado de categoria inferior, por sua classe, gênero ou etnia, grupos que estão fora da estrutura de representação política (GRAMSCI, 2002; NEVES, 2010; SIMIONATTO, 2009).

A partir das proposições de Gramsci, nos anos 1970, teóricos do sul asiático, como Ranajit Guha, Edward Said e Gayatri Spivak, debruçaram-se sobre o conceito de subalterno, a história desses sujeitos e suas relações, partindo de suas próprias experiências enquanto nativos de países colonizados nos quais as forças do imperialismo cultural são presentes. Seus estudos fundaram o que hoje é conhecido como Estudos Subalternos Sul-Asiáticos.

Dentre as teorizações do grupo Estudos Subalternos Sul-Asiáticos, Spivak (2010) elabora o ensaio “*Pode o subalterno falar?*”, no final da década de 1980. O referido ensaio apresenta críticas aos intelectuais ocidentais que, com a imposição de sua episteme, por meio da representação, na prática, não possibilitam que os sujeitos subalternos tenham voz, fazendo com que sejam violentamente silenciados.

A autora aponta que o intelectual, por mais bem intencionado que esteja, quando representa o subalterno, nega o diálogo e lança sobre ele a invisibilidade de sua existência e da existência de seus saberes. A relação entre o intelectual e o subalterno, portanto, implica uma inevitável violência epistêmica. Nessa esteira, também não há como realizar atos de resistência em nome do subalterno sem que tal ato esteja embutido em contextos de hegemonia e, portanto, o indivíduo subalterno continua calado.

Para outros estudiosos relacionados à ótica pós-colonial, como Pratt (1999), deve-se reconhecer que qualquer relação entre pesquisador e sujeito de pesquisa ocorre em um contexto conflituoso no âmbito das denominadas zonas de contato, ou seja, um entrelugar no qual sujeitos geográfica e historicamente apartados passam a se relacionar.

Ressalta-se que a área organizacional no Brasil, de forma geral, está inserida em um contexto de dominação em relação ao pensamento eurocêntrico hegemônico (ABDALLA; FARIA, 2017; CARVALHO FILHO; IPIRANGA; FARIA, 2017; FARIA; WANDERLEY, 2013), o que, consoante Ibarra-Colado (2006), também ocorre, embora em menor escala, nos estudos organizacionais, área na qual os referenciais comuns à América Latina, assim como seus laços históricos e passados coloniais, não tendem a ser levados em consideração nas pesquisas realizadas.

No que tange às pesquisas em Administração no Brasil, segue em voga a primazia na adoção de perspectivas estrangeiras, mais especificamente dos países que compõem o norte global, conforme mencionado por Bertero *et al.* (2013), que apontam que um dos mais frequentes problemas seria a adoção irrestrita de estrangeirismos nas pesquisas e, ainda, na postura dos pesquisadores da área, os quais tendem a supervalorizar o que vem de fora, indicando uma relação com o histórico colonial do Brasil e, ainda, uma manifestação de inferioridade.

Dessa forma, se faz necessário buscar, no que concerne à Ciência Administrativa no Brasil, incorporar e aumentar a emersão de conhecimentos outros que foram encobertos pela razão hegemônica nas últimas décadas, sejam esses de cunho humanístico, social ou de outras fontes, por meio de uma ecologia dos saberes (CARVALHO FILHO; IPIRANGA; FARIA, 2017).

Diante do exposto, no presente ensaio teórico, no qual adota-se a ótica pós-colonial, parte-se da seguinte questão de pesquisa: pode o sujeito subalterno nas pesquisas em Administração falar? Assim, tem-se como objetivo específico que é compreender se há, e como se configura, a violência epistêmica na referida área; e, como objetivo geral, a proposição de pistas epistêmicas que possibilitem a mitigação de tal violência.

Para tanto, recorreu-se aos pensamentos dos estudiosos relacionados à ótica pós-colonial Gayatri Chakravorty Spivak, Mary Louise Pratt e Boaventura de Sousa Santos, mais precisamente, aos seguintes conceitos: subalternidade e violência epistêmica (SPIVAK, 2010); zonas de contato (PRATT, 1999; SANTOS, 2002); sociologia das emergências, sociologia das ausências e tradução (SANTOS, 2002).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Invertendo a ótica colonial: os Estudos Subalternos e o pensamento de Spivak

Os Estudos Subalternos começaram a ser desenvolvidos no sul asiático na década de 1980, a partir do pensamento do indiano Ranajit Guha, por meio de teorizações acerca dos efeitos e processos de colonização inglesa do território entre 1858 e 1947. O autor, juntamente com outros pesquisadores, formou o Grupo de Estudos Subalternos Sul Asiático, cuja proposta consistia no ato de revisitar e recontar a história colonial indiana a partir do ponto de vista do povo colonizado, dando origem a uma nova narrativa do continente e do povo, que romperia com a narrativa histórica dominante e hegemônica do colonizador.

Quanto ao subalterno, Figueiredo (2010) aponta que Guha o define como um incapaz de agir como agente histórico da ação hegemônica, e ausente das dicotomias estruturais da construção literária, educacional e institucional dos heróis nacionais. O termo subalterno, porém, não aparece pela primeira vez nos estudos subalternos, e a preocupação de contemplar grupos oprimidos não é uma exclusividade indiana. Nesse sentido, Neves (2010) aponta que foi a partir da leitura do texto *Nos confins da História*, parte dos *Cadernos do Cárcere*, de Gramsci, que Guha e os pesquisadores de seu grupo de estudos começaram a trabalhar o conceito de história dos subalternos. Para Gramsci, porém, conforme aponta Simionatto (2009), a subalternidade, além de concentrar-se sobre os sujeitos e classes sociais historicamente oprimidas e exploradas, tem a agência de recuperar processos de dominação social, revelando as operações político-culturais que sufocam e marginalizam a história dos grupos subalternos.

Membro do Grupo Sul Asiático de Estudos Subalternos, a pensadora indiana Gayatri Chakravorty Spivak apropria-se do termo subalterno para referir-se àqueles cujo lugar da fala é limitado ou inexistente por decorrência do imperialismo cultural. Para Spivak (2010), a palavra subalterno corresponde às camadas inferiores da sociedade, constituídas a partir de modos específicos de exclusão de mercado bem como da total exclusão de aderência a estratos sociais dominantes.

No livro *Pode o Subalterno Falar?*, cuja primeira edição foi publicada em 1988, Spivak (2010) enuncia que a condição de subalternidade é, também, uma condição de silenciamento. O subalterno, além de oprimido, é aquele que não possui lugar no mundo globalizado, capitalista, excludente e totalitário. A subalternidade, portanto, é abordada como posição subjetiva relacional, na medida em que não corresponde à identidade, mas é resultado de relações de poder injustas, ao mesmo tempo em que produz essas mesmas relações. Para desenvolver seu argumento, a autora parte da crítica aos filósofos pós-estruturalistas Gilles Deleuze e Michel Foucault, em especial à obra *Os Intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze*.

Para Foucault (2004), os cientistas e intelectuais teriam se dado conta que as massas não precisam de seu auxílio ou presença para construir o saber, e o falam muito bem. A crítica de Spivak (2010) recai sobre essa hipótese filosófica de que os subalternos teriam a possibilidade de tecer um discurso, de falar por si, especialmente no meio científico. A autora questiona a posição do intelectual pós-colonial diante da estrutura que mantém o subalterno silenciado, ao afirmar que o discurso hegemônico colonizador estaria impregnado em

qualquer ação de resistência realizada em nome do subalterno, de forma que ação apenas reforçaria sua condição de oprimido.

Para além do reforço da estrutura opressora de poder, quando as teorias pós-estruturalistas propõem a eliminação de intermediários do discurso, de forma que os sujeitos subalternos falem por si próprios, ignoram que a experiência que transpassa a vivência colonizada desses sujeitos culmina em distorções em seu próprio discurso de representação, uma vez que o subalterno é marcado pelas diferenças geopolíticas decorrentes dos processos de divisão internacional do trabalho em uma economia global. Constata Spivak, portanto, que os sujeitos subalternos são heterogêneos, ou seja, possuem uma subjetividade precária que decorre da ausência de uma consciência autêntica, pré-colonial ou pós-colonial (Costa, 2010).

Diante desse quadro, a questão central para Spivak (2010) é a representação, a apropriação do outro por meio da assimilação, de forma que o falado pelo outro dominante é, automaticamente, lido como verdade, e alguém teve que perder sua voz para que assim fosse. Para a autora, o “falar por” e o “representar”, ou seja, assumir o lugar de fala do outro ou realizar uma performance, possuem uma ligação, pois, em ambos, a própria representação se configura em um diálogo no qual presume-se haver um falante e um ouvinte. A condição de silenciamento do subalterno, além de criar a necessidade de que alguém fale por si, exclui a possibilidade de que se estabeleça um diálogo sem intermediários.

Nesse sentido, as forças estruturais de um mundo globalizado, cujo discurso hegemônico foi construído com base nas narrativas históricas eurocêntricas, perpassadas pelas relações de poder e sob as amarras do imperialismo cultural, obliteram toda e qualquer narrativa possível dos povos colonizados, dos subalternos, por meio do que Spivak (2010) identifica como “violência epistêmica”. Essa violência é praticada pela ciência que despreza os saberes que estão fora de sua alçada e, assim, descarta, também, os sujeitos, mais uma vez inviabilizando o diálogo, agora não apenas pelo silenciamento do subalterno, mas pela seletiva surdez dos intelectuais. Parece não haver, nessa configuração de mundo e ciência, o direito à voz para os subalternos. Nessa esteira, Spivak (2010) enuncia que o subalterno, de fato, não pode falar.

Diante de sua drástica conclusão, Spivak (2010) lança sobre os intelectuais, cientistas e pesquisadores, a responsabilidade de praticar uma ciência contra hegemônica que se preocupe em não silenciar por meio de representações, e proporcione aos sujeitos subalternos espaços nos quais possam falar e ser ouvidos. Ainda assim, a autora afirma que a representação não definiu, vez que a experiência se constrói, também, por meio dessas, e a

ideia de um discurso subalterno autêntico, sem traços do discurso dominante, é muito distante da realidade.

2.2 O intelectual e o subalterno: relações em zonas de contato

Zona de contato é uma expressão utilizada pela autora Mary Louise Pratt, em sua obra *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*, na qual sua análise recai sobre a literatura produzida pelos colonizadores europeus em suas incursões pela África e América. Tal conceito corresponde à ideia de fronteira cultural, ou seja, de um entrelugar no qual sujeitos geográfica e historicamente apartados passam a se relacionar. Nesse sentido, acerca das zonas de contato, discorre Pratt (1999, p.27):

(...) espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo (PRATT, 1999, p. 27).

A autora coloca no centro de sua argumentação, como o próprio conceito denuncia, o contato. Partindo do pressuposto de que as relações sociais se dão por entrelinhas de diferença, de hierarquia e de conjecturas em conflito ou, simplesmente, não compartilhadas, Pratt (1999) considera que tais pressupostos são produzidos pelo contato e no contato. Assim, as diferenças étnicas, sociais e de gênero, por exemplo, teriam seu campo de análise deslocado do pertencimento a essas comunidades para a sua produção e reprodução no contato socialmente estruturado de grupos. Para Pratt (1999, p.12):

Sob uma perspectiva do contato, um fenômeno como a segregação, por exemplo, consistiria não simplesmente na separação ou isolamento mútua, como vem sendo definido pela própria segregação, mas como uma forma de ajuntamento que assume a co-presença social e historicamente estruturada de grupos dentro de um espaço – uma zona de contato.

As zonas de contato são, remontando à Spivak (2010), a fronteira entre o subalterno e o intelectual, na qual sua coexistência promove relações marcadas pela assimetria de poder, dominação e subordinação. Ainda nessas zonas, os sujeitos são constituídos no contato e através do contato estabelecido entre eles (PRATT, 1999); nesse sentido, no âmbito acadêmico, pode-se assumir que o sujeito subalterno silenciado é consequência das dinâmicas de poder que se dão no contato com o intelectual.

Nesse ponto, se faz necessário revisitar a conclusão de Spivak (2010) que, ao determinar que o sujeito subalterno é silenciado, sob a ação da violência epistêmica, e que, ainda que esse alcançasse uma posição na qual pudesse falar, sua própria fala estaria atravessada pelo discurso hegemônico de seu dominador, conclui que em situação alguma poderia o subalterno falar.

Dessa forma, porém, qualquer esforço por uma produção científica contra hegemônica seria em vão, podendo, ainda, ser instrumento na manutenção de estruturas de poder e silenciamento do outro. Além disso, tais afirmações abrem brechas e fornecem fundamentos para a invalidação dos saberes produzidos na subalternidade, às margens, nas periferias, favelas, quilombos, uma vez que esses não poderiam ser considerados livres, autênticos e genuínos.

Para Pratt (1999), sob a ótica do contato, as fronteiras são levadas ao centro da discussão, fazendo das zonas de contato o lugar do heterogêneo, das diferenças, enquanto o homogêneo se retrai às margens. Assim, a perspectiva subalterna de mundo seria composta pelos conflitos em instituições estabelecidas pelos outros, enquanto o fraterno e o homogêneo se dão às margens. Nessa esteira, compreende-se que os saberes constituídos na subalternidade são discursos homogêneos empurrados para as margens, enquanto no centro das zonas de contatos está a disputa de poder.

Quando traz à luz as zonas de contato, adotando um pensamento de fronteira, Pratt (1999) alude ao testemunho, uma produção decorrente de uma relação hierarquizada entre o intelectual e o subalterno que, feita em colaboração, tem a intenção de intervir na consciência hegemônica da elite intelectual que detém o poder de contar a história. Para a autora, para levar adiante a força política dessas obras é necessário, em sua produção e interpretação, buscar princípios críticos que não coadunem com as estruturas de autoridade que estejam presentes no texto (PRATT, 1999). Dessa forma, é possível fazer a voz do subalterno surgir, ganhar espaço e ser ouvida, afinal:

Uma perspectiva da fronteira, ou 'do contato', garante às práticas culturais e étnicas e à produção intelectual étnica um tipo específico de autoridade na zona de contato. Obviamente deve ser possível a intelectuais étnicos, sem renunciar a sua etnia, fazer reivindicações enquanto intelectuais e líderes de todos; 'minorias', ao contrário, sempre significará subalternidade, e a artistas e intelectuais étnicos só restará optar entre ser reduzidos à encarnação da cultura circunscrita ou assimilados a ela. (PRATT, 1999, pp. 14-15)

Por fim, depreendemos que a violência epistêmica dos discursos científicos hegemônicos estabelece a dificuldade de situar o subalterno enquanto um sujeito social dentro

dos discursos e das pesquisas acadêmicas. No entanto, o intelectual, cientista e/ou pesquisador, ao se deparar com os estudos subalternos e ingressar em uma zona de contato com esses sujeitos, pode, em conjunto, produzir conhecimento acadêmico que além de novo em sua forma tem o propósito de interferir politicamente na produção do saber.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A razão hegemônica em Administração no Brasil, o contato com o Subalterno e as Sociologias das Ausências e das Emergências

A gênese do ensino superior em Administração no Brasil foi marcada, em seu período inicial, pelos saberes e concepções ontológicas e epistemológicas advindas dos Estados Unidos da América (EUA), sendo apoiado pelo governo de tal nação e, ainda, pela Organização das Nações Unidas (ONU), o que ficou explicitado, ademais do apoio financeiro, pela seleção dos modelos de escola internacionais, do norte global, que se visava replicar em terras brasileiras, assim como pela utilização de referências bibliográficas ancoradas em autores que possuíam uma concepção de ciência abraçada pela academia estadunidense de administração (BARROS, CARRIERI, 2013).

Para Vale, Bertero e Silveira (2013), o entendimento majoritário dos governantes e grandes empresários no Brasil, à época, de que tudo que advinha dos EUA estava relacionado diretamente com a modernidade e, assim, passava a ser considerado algo a ser adotado e replicado, também explica a decisão para o modelo norte-americano de Administração ser aceito em terras brasileiras.

No que tange à literatura utilizada nos currículos de administração de universidades latino-americanas, há predominância de traduções de livros formados por reconhecidos autores dos países centrais, o que, somado à propagação de literaturas elaboradas pelos denominados gurus do *management*, facilitou, e segue facilitando, a predominância de suas ideologias (IBARRA-COLADO, 2006).

Também no Brasil, especificamente, a literatura nacional em Administração está atrelada à produção europeia e estadunidense, o que indica a existência de deficiências no que tange à originalidade das obras, visto que imitações e repetições de jargões e perspectivas do norte são rotineiras; da mesma forma, as referências bibliográficas utilizadas em parte significativa das obras elaboradas por pesquisadores brasileiros tendem a sere oriundas dos países centrais, confirmando e corroborando para tal cenário (BERTERO *et al.*, 2013;

BERTERO; CALDAS; WOOD JR, 1999; RODRIGUES; CARRIERI, 2001; VERGARA, 2001)

Ainda sobre tal perspectiva, no que tange às pesquisas realizadas, contemporaneamente, assim como nos demais países da América Latina, segue em voga a primazia na adoção de perspectivas estrangeiras, mais especificamente dos países que compõem o norte global, conforme mencionado por Bertero *et al.* (2013), que apontam que um dos mais frequentes problemas seria a adoção irrestrita de estrangeirismos nas pesquisas e, ainda, na postura dos pesquisadores da área, os quais tendem a supervalorizar o que vem de fora, indicando uma relação com o histórico colonial do Brasil e uma manifestação de inferioridade.

Coaduna com tal posição Ibarra-Colado (2006), destacando que, no que tange à literatura utilizada nos currículos de administração de universidades latino-americanas e nas pesquisas na área, há predominância de traduções de livros elaborados por reconhecidos autores dos países centrais o que, somado à propagação de literaturas elaboradas pelos denominados gurus do *management*, facilitou – e segue facilitando – a predominância de suas ideologias ancoradas na razão hegemônica.

Ibarra-Colado (2006) afirma, referindo-se aos pesquisadores latino-americanos como um todo, que a maioria dos estudiosos no âmbito da gestão têm se contentado em utilizar, acriticamente, teorias e metodologias de pensadores estrangeiros, especialmente aqueles de países de origem anglo-saxã, indicando que, apesar de seu local de nascença, teriam adquirido a característica de pensarem como sujeitos do norte global, ignorando as especificidades locais. Soma-se a isso o fato de a maioria de tais pesquisadores na América Latina não reconhecerem a origem colonial da região, emergem propostas acríicas para as questões pertinentes localmente, o que resulta em uma forma de colonialidade autoimposta.

Desse modo, denota-se uma dominação epistemológica no campo da Administração (ABDALLA; FARIA, 2017; CARVALHO FILHO; IPIRANGA; FARIA, 2017; FARIA; WANDERLEY, 2013), a qual configura um contexto de imperialismo cultural (SPIVAK, 2010) no âmbito da Ciência Administrativa no Brasil. Portanto, tanto a área da Administração quanto a de estudos organizacionais funcionam como ferramentas de manutenção e reprodução da diferença colonial que, na prática, impõem definições sobre o que é relevante, assim como quais estruturas conceituais utilizar, dado que, cada vez mais, se fortalece a colonização a partir da ideologia do *management* (IBARRA-COLADO, 2006; MISOCZKY, 2019).

Nesse sentido, Carvalho Filho, Ipiranga e Faria (2017), apontam que se deve buscar, com relação à Ciência Administrativa no Brasil, incorporar e aumentar a emersão de conhecimentos que foram encobertos pela razão dominante nas últimas décadas, sejam esses de cunho humanístico, social ou de outras fontes, por meio de uma ecologia dos saberes, ou seja, da consideração de outros conhecimentos possíveis.

Consoante o exposto sobre as características da área de Administração no Brasil, com base no pensamento de Spivak (2010), denota-se que, considerando-se o imperialismo cultural presente, ancorada na razão eurocêntrica hegemônica, o pesquisador no âmbito brasileiro é, de fato, um subalterno em relação aos pensadores do norte global que, como visto, são os que, no geral, elaboram e definem o que é a Ciência Administrativa, decidindo, inclusive, que as formas de gestão características do sul global são imperfeições daquelas originárias do norte global (Ibarra-Colado, 2006).

Ainda com base em Spivak (2010), uma vez submissos às determinações de fundamentação eurocêntrica, os cientistas locais têm sua fala contaminada pelas vozes do norte, não possuindo, portanto, um discurso autêntico e livre; contudo, ressalta-se que tais pesquisadores brasileiros, no âmbito de suas relações para com os sujeitos de suas pesquisas, não mais são caracterizados como subalternos, mas como o intelectual que silencia tais sujeitos, que, nesse contexto, são, de fato, os subalternos, vítimas da violência epistêmica inerente às relações entre intelectuais e indivíduos às margens.

Diante de tal cenário, ademais do pensamento pós-colonial de Spivak, nos estudos descoloniais, o sociólogo Boventura de Sousa Santos volta sua atenção para a necessidade de reinventar a emancipação dos grupos subalternos, colonizados e/ou oprimidos pelas estruturas econômicas, sociais e políticas que a configuração imperialista e capitalista de mundo os submete. No campo dos saberes, Santos (2002) propõe as sociologias das ausências e das emergências que, intrínsecas, colocariam as ciências e a produção do saber nos trilhos do saber contra hegemônico.

A sociologia das ausências surge a partir da constatação, anteriormente realizada por Pratt (1999), de que os subalternos produzem saber e o elaboram às margens, uma vez que a narrativa hegemônica pertence aos intelectuais de formação eurocêntrica, por consequência, imperialista; a partir dessa constatação, Santos (2002) evoca a sociologia das ausências a fim de trazer esses saberes subalternos para o centro das discussões e da produção científica, maculando os limites entre o conhecimento hegemônico e a produção localizada nas margens. Nesse sentido, poder-se-ia entender que estariam eliminadas as diferenças e as disputas de

poder na produção do saber nas zonas de contato, o que, para Pratt (1999), conforme visto anteriormente, não é possível.

Santos (2002) utiliza o conceito de zonas de contato também para referir-se ao local de encontro desses diferentes saberes e identifica na modernidade ocidental duas zonas de contato principais: zona epistemológica, na qual a ciência moderna e os saberes tradicionais se chocam; e zona colonial, onde se contrapõem o colonizador e o colonizado. Nessas zonas, resgatando as recomendações de Pratt (1999), Santos (2002) chama a atenção para a existência da seletividade ativa nas zonas de contatos, que abre precedentes para que a razão cosmopolita, hegemônica, tenha o poder para escolher quais os saberes e práticas que serão colocados em contato. O autor identifica, ainda, a seletividade passiva, que ocorre em casos de extrema opressão, o que torna uma cultura “impronunciável”, ou seja, silenciada, nos termos de Spivak. Nos dois casos de seletividade apresentados, fica evidente a presença da violência epistêmica (SPIVAK, 2010) e a necessidade de preocupar-se com o caráter transformador do novo saber gerado.

Ao trabalho de testemunho de Pratt (1999), Santos (2002) atribui a alcunha de tradução, mantendo o entendimento de que essa atividade seria o resultado do encontro de dois saberes em conflito em uma zona de contato. Para o autor, assim como para a linguista, a fim de que a tradução não se torne imperialista ou antropofágica, seu processo deve ser vigiado e seu texto final deve ser interpretado com um olhar livre das amarras estruturais do conhecimento hegemônico europeizado.

Juntamente com a sociologia das ausências está a sociologia das emergências, segundo a qual a aproximação de saberes nas zonas de contato abre um leque de possibilidades plurais e concretas, ao mesmo tempo utópicas e realistas, que começam a se construir no momento presente através do cuidado com a produção de saberes e suas disputas internas de poder (SANTOS, 2002).

As sociologias das ausências e das emergências de Santos (2002) são sua proposição para expandir o presente e contrair o futuro, respectivamente; com isso, o autor busca fazer frente às razões as quais identifica como razão metonímica e razão proléptica. A razão metonímica pretende apenas uma única forma de racionalidade, excluindo qualquer outra além de si ou, utilizando-a apenas como matéria-prima de suas próprias confabulações. A razão proléptica, afirma o autor, ignora o futuro, não o considerando, uma vez que julga que já se sabe tudo sobre ele e que é ele é apenas uma continuação infinita do presente.

As classificações de razões propostas por Santos (2002) remontam às preocupações dos estudos subalternos e da clareza com a qual Spivak (2010), em sua crítica, aponta para a

dominação da narrativa histórica imperialista, em especial a razão metonímica, que desencadeia os efeitos de inércia da razão proléptica.

Nesse sentido, em um mundo marcado pelas diferenças decorrentes dos processos imperialistas de colonização e dominação, os poderosos produzem o conhecimento, o presente e, se não houver o rompimento com a excludente razão metonímica (Santos, 2002), o futuro não apresenta mudanças, novidades, mas segue de maneira linear as predisposições do presente, perpetuando, assim, a dominação e a violência social, política, econômica, racial, de gênero e, também, epistemológica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao partir do questionamento de Spivak (2010), “pode o subalterno falar?”, o presente ensaio se propôs a repensar a forma como os estudos subalternos aparecem nas pesquisas científicas na área da Administração, oferecendo, com base nas articulações teóricas apresentadas, pistas epistêmicas para que tal produção de saber seja não só mais politizada, mas, também, agente de transformação e promotora de diversidade.

Gayatri Spivak (2010) foi categórica em sua resposta ao questionamento que ela mesma propôs; o subalterno, para a autora, não pode falar, vez que é silenciado pelas estruturas de poder herdadas de uma construção e narrativa intelectual de mundo imperialista e capitalista que oprime as camadas mais baixas do estrato social, os colonizados. No entanto, a impossibilidade de fala não é, aqui, compreendida sem questionamentos, muito embora a violência epistêmica que o causa se apresente como uma constante em suas críticas.

Pratt (1999) reconhece a violência epistêmica na medida em que, ao propor as zonas de contato como local de encontro de saberes marginais – epistemologias subalternas – e saberes dominantes – epistemologias cosmopolitas euro centradas –, não ignora as dinâmicas e conflitos decorrentes da constituição de poder e mundo aos quais Spivak (2010) enunciou.

Nas zonas de contato (Pratt, 1999; Santos, 2002), é inevitável que haja uma dicotomia, uma heterogeneidade, expressa, aqui, nas figuras do subalterno e do intelectual; no entanto, do contato surgem novos conhecimentos e, nesses novos conhecimentos, é possível ouvir a voz do subalterno e, assim, haveria possibilidade de fala para o subalterno, ainda que sob uma violência epistêmica inerente à sua relação com o pesquisador.

Dada a violência epistêmica e a possibilidade de produção de saber junto ao subalterno, desloca-se a discussão para a esfera científica da Administração no Brasil, área do saber que, no âmbito do ensino, em terras brasileiras, teve sua origem diretamente atrelada ao pensamento hegemônico estadunidense, e na qual, contemporaneamente, há primazia de

utilização de teorias e conceitos advindos do norte global, o que, na prática, dificulta a imersão de epistemes de outros locais.

Ainda com relação à seara organizacional, conforme pode se observar a partir da exposição feita neste ensaio, as produções científicas em Administração são, majoritariamente, permeadas pelos lastros de suas origens eurocêtricas e estadunidenses, envoltas pelo poder político, econômico e social dessas regiões que exercem sobre o Brasil um poder colonizador e imperialista, bem como sobre o recorte da criação de saber na área organizacional.

Nesse sentido, não é uma surpresa a supressão dos saberes nativos e as desconsiderações dos localismos e dos aspectos particulares, os quais poderiam emergir em estudos de uma área do saber que se propusesse a estar em contato com as especificidades locais, o que demonstra uma das faces da violência epistêmica que paira sobre a área.

Para além disso, a produção científica faz uso dos saberes locais e subalternos, de modo oportunista, recolhendo informações para a construção de um conhecimento que reforça a prevalência do discurso neoliberal na Administração e reduz a área à reprodução de ideologias dominantes (CAMARA; MISOCZKY, 2019) ignorando a violência – epistemológica, social, racial e econômica – decorrente de tal ação.

O pensamento de Santos (2002) encaixa-se nessa narrativa na medida em que, ao propor as sociologias da ausências e da emergências, em confluência com as contribuições de Spivak (2010) e Pratt (1999), oferece um feixe de luz a ser lançado sobre a seara administrativa, ao defender que se deve reconhecer a produção do conhecimento feito às margens como uma produção tão válida, importante e autêntica, quanto a produção hegemônica e, assim, instiga a trazê-la para o centro das discussões, inseri-la em uma zona de contato na qual será ouvida e fará parte do discurso do presente e, dessa forma, abrirá, ainda, possibilidades para um futuro no qual as epistemologias serão mais diversas.

Desse modo, também deve-se pensar a pesquisa científica em Administração como uma possível zona de contato capaz de produzir novos conhecimentos, fazer aprender e ensinar saberes que são compelidos para as margens. Nesse contexto, a figura do pesquisador – ou intelectual, na linguagem dos autores cujas teorias fundamentaram o presente ensaio – é crucial, uma vez que esse é o sujeito cujo trabalho abre zonas de contato com o outro, com o indivíduo subalterno. A necessidade de reconhecer sua posição, tanto como subalterno com relação à elite intelectual do norte global – dado que seu discurso está contaminado pela fala dessa – quanto como parte dominante em relação aos subalternos com os quais dialoga em sua pesquisa é urgente. Somente com o reconhecimento é possível praticar ações conscientes que

visem incluir na narrativa dominante os saberes tradicionais marginalizados de maneira crítica, politizada e com a finalidade de produzir um conhecimento autêntico, com a menor incidência de violência possível, que tenha o potencial de transformar.

Por fim, entende-se que o papel do cientista, do intelectual e/ou do pesquisador, hoje, em especial na área da Administração, é o de reconhecer sua posição de poder dentro das relações com sujeitos subalternos envolvidos em sua produção, a fim de permitir a emergência de conhecimentos outros, assim como a mitigação da inevitável violência epistêmica em tais zonas de contato. Para tanto, propõem-se as seguintes pistas epistêmicas: 1) considerar o sujeito de pesquisa subalterno como um agente ativo, assim como suas epistemes outras, na produção do saber; 2) reconhecer sua posição, no âmbito das zonas de contato, de gerador e reproduzidor de violências epistêmicas às quais estão sujeitos os subalternos; 3) visar à produção de conhecimentos científicos e acadêmicos dotados de força política de transformação das dinâmicas epistemológicas hegemônicas e que, dessa forma, a partir de suas pesquisas, contribua para um futuro diverso em possibilidades de saberes.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, M. M.; FARIA, A. Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 4, p. 914-929, 2017.
- BARROS, A. N.; CARRIERI, A. P. Ensino superior em administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 11, n. 2, p. 256-273, 2013.
- BERTERO, C. O.; CALDAS, M. P; WOOD JR, T. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 3, n. 1, p. 147-178, 1999.
- BERTERO, C. O. *et al.* Os desafios da produção de conhecimento em Administração no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v.11, n.1, p.181-196, 2013.
- CAMARA, G. D.; MISOCZKY, M. C. A produção teórica sobre a pobreza na Administração. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 11, n. 1, p. 45-56, 2019.
- CARVALHO FILHO, V.; IPIRANGA, A. S. R.; FARIA, A. A. (De) Colonialidade na Educação em Administração: Explorando Limites e Possibilidades. **Education Policy Analysis Archives**, v. 25, 2017.
- COSTA, F. A. **Democratização social e pluralidade de sujeitos políticos**: uma leitura a partir da Teoria democrática radical e plural. 193 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2010.

FARIA, A.; WANDERLEY, S. Fundamentalismo da gestão encontra a descolonialidade: repensando estrategicamente organizações familiares. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 4, 2013.

FIGUEIREDO, C. Estudos subalternos: uma introdução. *Raído*, v. 4, n. 7, p. 83-92, 2010.

FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004, p. 69-78.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

IBARRA-COLADO, E. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. **Organization**, v. 13, n. 4, p. 463-488, 2006.

MISOCZKY, M. C. A. Contributions of Aníbal Quijano and Enrique Dussel for an anti-management perspective in defence of life. **Cuadernos de Administración**, v. 32, n. 58, 2019.

NEVES, R. C. A Perspectiva Pós-Colonial de Antonio Gramsci: os subalternos. *Babilônia*, n. 8, v. 9, p. 59-64, 2010.

PRATT, M. L. A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco. **Travessia**, n. 38, p. 7-29, 1999.

RODRIGUES, S. B.; CARRIERI, A. P. A tradição anglo-saxônica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 5 (edição especial), p. 81-102, 2001.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 237-280, 2002.

SIMIONATTO, I. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katálysis**, v. 12, n. 1, p. 41-49, 2009.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VALE, M. P. E. M.; BERTERO, C. O.; SILVEIRA, R. A. Caminhos diferentes da americanização na educação em Administração no Brasil: A EAESP/FGV e a FEA/USP. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 14, n. 4, p. 837-872, 2013.

VERGARA, S. C. A hegemonia americana em estudos organizacionais. **Revista de Administração Pública**, v. 35, n. 2, p. 63-77, 2001.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

OLIVEIRA, T. C; CAETANO, S. M; LOUREDO, F. M; MARÇAL, R. R. Pode o Sujeito Subalterno Falar nas Pesquisas em Administração? **Rev. FSA**, Teresina, v. 21, n. 6, art. 3, p. 46-62, jun. 2024.

Contribuição dos Autores	T. C. Oliveira	S. M. Caetano	F. M. Louredo	R. R. Marçal
1) concepção e planejamento.	X	X		
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X		
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X	X